

# A decadência como narrativa: O arraial das Antas, através das narrativas dos viajantes, durante o Século XIX

Lucas Gabriel Corrêa Vargas e Carolina Pescatori

**Lucas Gabriel Corrêa VARGAS** 

Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;  
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
lucascvargas@ueg.br

**Carolina PESCATORI Cândido da Silva** 

Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;  
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
pescatori@gmail.com

---

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa; PESCATORI, Carolina. A decadência como narrativa: O arraial das Antas, através das narrativas dos viajantes, durante o Século XIX. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, e 538, abr. 2025

---

data de submissão: 26/09/2024  
data de aceite: 11/03/2025

editores responsáveis:  
James Miayamoto e Isis Pitanga

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.538

---

**Contribuição de autoria:** Concepção; Análise; Coleta de dados; Redação – rascunho original  
Redação - revisão e edição: VARGAS, L. G. C. Metodologia; Supervisão; Redação - revisão e edição:  
PESCATORI, Carolina.

---

**Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não há conflito de interesse.

---

**Financiamento:** Edital PPG-FAU nº 06/2024. Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação de discentes regulares no pós-graduação em arquitetura e urbanismo.

---

**Aprovação de ética:** Os autores certificam que não há conflito de interesse.

---

**Uso de I.A.:** Os autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

---

**Editores responsáveis:** James Miayamoto e Isis Pitanga

---



### **Resumo**

Este artigo apresenta uma reflexão a respeito da movimentação do tempo cronológico em sete narrativas canônicas sobre o século XX da arquitetura. Nele são estudados elementos teóricos sobre a construção textual dos fatos do passado, organizados estruturalmente em uma publicação bibliográfica. E a partir desses livros, como objeto de pesquisa e amostra de estudo, são coletados dados cronológicos na elaboração de gráficos comparativos, de modo a perceber a movimentação desses fatos na construção da narrativa histórica.

**Palavras-chave:** narrativa, arquitetura, cronologia, gráficos.

### **Abstract**

*This article presents a reflection on the movement of chronological time in seven canonical narratives about the twentieth century of architecture. In it, theoretical elements are studied about the textual construction of the facts of the past, structurally organized in a bibliographical publication. And from these books, as a research object and study sample, chronological data are collected in the elaboration of comparative graphs, in order to perceive the movement of these facts in the construction of the historical narrative.*

**Keywords:** narrative, architecture, chronology, graphics.

### **Resumen**

*Este artículo presenta una reflexión sobre el movimiento del tiempo cronológico en siete relatos canónicos sobre el siglo XX de la arquitectura. En él se estudian elementos teóricos sobre la construcción textual de los hechos del pasado, organizados estructuralmente en una publicación bibliográfica. Y a partir de estos libros, como objeto de investigación y muestra de estudio, se recogen datos cronológicos en la elaboración de gráficos comparativos, con el fin de percibir el movimiento de estos hechos en la construcción del relato histórico.*

**Palabras-clave:** narrativa, arquitectura, cronología, gráfica.

## Introdução

Os primeiros registros de ocupação urbana do território de Anápolis, Goiás, datam do início do século XVIII, quando o Arraial das Antas foi visitado por viajantes que estiveram na Província de Goyaz, seguindo as rotas em direção aos arraiais de mineração. Ao percorrerem as rotas dos tropeiros, escreveram observações e anotações em seus cadernos de viagem sobre as localidades onde passavam e pousavam, tornando-se fontes históricas para a compreensão da ocupação do território goiano durante o período Oitocentista.

Foram muitos viajantes, como Pohl (1810), De Silva e Souza (1812), Saint-Hilaire (1816), D'alincourt (1818), Cunha Matos (1823), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1846). Em seus cadernos narraram a paisagem ao longo dos caminhos trilhados, enfatizando a descrição da vegetação e dos cursos d'água. Ao adentrar os núcleos urbanos, depararam-se com a realidade do declínio da exploração do ouro, com arraiais esvaziados e com aspecto de abandono. Os relatos do povo goiano que dizia viver na penúria, comparado ao momento áureo da exploração do ouro no século XVIII, somados às visões de progresso e desenvolvimento dos viajantes, contribuíram para que a região e principalmente os arraiais fossem considerados atrasados e decadentes.

A historiografia goiana<sup>1</sup> do início do século XX utilizou os relatos dos viajantes como fontes de pesquisa, confirmando o contraste existente entre os séculos XVII e XVIII, mas questionando a narrativa de decadência em diferentes níveis de profundidade (Bertrand (1976), Palacin (1995) e Chaul (2001), . Para esses autores, as leituras equivocadas sobre essas localidades durante o período oitocentista, com foco central nas dificuldades de comunicação e carências das estradas de acesso, comprometeram um entendimento mais complexo da ocupação do território. Como explica Chaul (2001, p. 40), a narrativa da decadência veio dos viajantes e perdurou na historiografia e na cultura:

De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D'alincourt (1818), Burchell (1827) e Gardner (1836) e Castelnau (1846) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cenas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós minerador é unânime. (Chaul, 2001, p.40)

<sup>1</sup> Luis Palacin é um dos autores que narra a decadência, problematizando-a; Paulo Bertrand e Nars Chaul são dois dos autores que começaram a desconstruir esse conceito.

Ao longo do século XX, outros autores questionaram a decadência como uma narrativa fidedigna deste período, possibilitando, através de suas pesquisas, descontruir esse conceito, demonstrando o vigor da sociedade goiana na agricultura e no comércio durante o período pós-mineração.

A representação da decadência foi tão significativa na história de Goiás que foi utilizada como uma das justificativas para a decisão política<sup>2</sup> de construir uma nova capital do estado na década de 1930, utilizando a modernidade como antítese para o atraso da antiga capital, outrora o maior arraial de mineração da Província. Compreender a origem dessas representações de decadência e atraso torna-se fundamental, visto que muitas transformações urbanas ocorridas em Goiás e em Anápolis no final do século XIX e início do século XX estiveram fundamentadas na tentativa de negar essa decadência tão arraigada no imaginário coletivo.

Sendo assim, este trabalho busca compreender o início da ocupação do território de Anápolis durante o século XIX, investigando a narrativa da decadência presente nas descrições de viajantes que estiveram na Província de Goyaz no início do século XVIII e contrapondo-as com outras fontes históricas relevantes

## Sobre um antes – a decadência como narrativa

As minas dos Goyazes localizavam-se dentro do território da Capitania de São Paulo<sup>3</sup>. Desde a fundação dos arraiais de mineração pelos bandeirantes, por volta da década de 1720, a exploração do ouro tornou-se fundamental no processo de atração de imigrantes para a região. Sua comunicação com as grandes cidades, principalmente litorâneas, ocorria através dos tropeiros e caixeiros viajantes, com suas bagagens repletas de tecidos, utensílios e notícias do sul. (Palacín, *et. al*, 1995)

Considerada como atrasada, inóspita e decadente, a região do sertão goiano era em sua maioria desconhecida, a não ser pelos relatos dos desbravadores e bandeirantes que a visitaram nos séculos XV e XVI. (Bertran, 1979). A relação da decadência e do atraso, enquanto representação do sertão goiano, possui raízes profundas assim como a própria fundação dos arraiais. Registra-se que o termo decadência foi comumente utilizado pelos bandeirantes responsáveis pela administração dos arraiais para descrever a situação

<sup>2</sup> Pedro Ludovico, interventor do Estado de Goiás, considerava a antiga capital do estado, a Cidade de Goiás como um centro oligárquico, decadente e atrasado, recuperando no século XX, os argumentos descritos desde o século XVII, reforçando assim a necessidade do novo.

<sup>3</sup> A região das minas dos Goyazes esteve inicialmente subjugada à jurisdição da capitania de São Paulo, sendo comandada até 1734 pelo capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva. Em 1748, foi criada a capitania de Goiás até em 1821, tornando-se uma Província.

dos locais. Era o caso das comunicações escritas à Coroa pelo Conde dos Arcos, Marcos de Noronha, responsável pelo Arraial de Vila Boa (atual Cidade de Goiás). O administrador frequentemente cita a decadência para se referir ao arraial, havendo muitas dificuldades para a extração do ouro, que, segundo ele, estaria cada vez mais escasso. (Noronha, 1753)

Entretanto, como poderia ser considerado decadente um arraial que existia há tão pouco tempo e estava em plena extração aurífera? Chaul (2001) afirma que os governantes, ao representarem seus arraiais com figuras depreciativas, buscavam burlar o valor do imposto a ser pago pela coroa, pois estando decadentes, neles havia pouca extração ouro nas minas.

O imposto do ouro, conhecido como quinto, devia ser pago quando houvesse a fundição do mesmo, sendo o ouro em pó a forma principal de contrabando. Dentro da Capitania de Goiaz, muitos arraiais que surgiram no auge da exploração entre as décadas de 1730 a 1780, não sobreviveram ao período de declínio.

A historiografia goiana registra a deterioração dos arraiais surgidos da mineração ao final do século XVII após o esgotamento das minas e a transição gradual para uma economia essencialmente agrária. Segundo Chaul (2001, p.40) "a efêmera duração das minas dos Goyazes e a carência de uma infraestrutura capaz de suportar os reveses sociais de um declínio econômico de tal porte, traçaram o perfil da sociedade goiana que sobreviveu ao sonho do ouro".

O estigma da decadência-atraso forjado nos relatos dos bandeirantes e oficiais, seria consolidado a partir dos relatos dos viajantes naturalistas que atravessaram essa região com muita dificuldade no início do século XVIII. A falta de estradas e a dificuldade de comunicação entre as capitanias foram argumentos que auxiliaram a justificar o atraso das localidades e que, posteriormente, foi interpretado pela historiografia como a realidade da época.

Os viajantes europeus olhavam para Goiás e viam apenas um deserto de homens, sem estrutura e perspectivas de vida, sem estradas e meios de comunicações, inertes, parados diante do ócio, muito diferente das atitudes e valores da vida européia. Perplexos diante da realidade que lhes ofuscava não conseguiam perceber as razões econômicas e sociais que levaram a Província àquela situação. (Andrade, 2008, p.100)

Os relatos dos viajantes naturalistas contribuíram para a formalização de leituras do Brasil Oitocentista, pois suas tradições europeias trouxeram visões dife-

rentes a respeito dos locais que passaram. Os relatos “eram formas de conhecimentos e de acessos a informações sobre a geografia, aos usos e aos costumes, sobretudo para aqueles que não poderiam viajar e, de uma certa forma, obterem suas próprias experiências”. (Boaventura *et al.*, 2018, p.6)

Os naturalistas não haveriam de ser neutros em seus relatos, uma vez que representavam a realidade encontrada nos arraiais e teciam considerações e opiniões a partir da sua perspectiva. Perfizeram, ainda, comparações com as cidades do litoral brasileiro e ouviram os relatos dos moradores que comparavam a realidade daquela época com os tempos antigos da mineração. Também é preciso levar em consideração as dificuldades que passaram durante as viagens, realizadas com o transporte animal e também os relatos dos moradores que comparavam a realidade daquela época, com os tempos antigos da mineração.

## **Antas**

Segundo Oliveira (2010), nas imediações dos núcleos urbanos que surgiram em função da exploração do ouro, foram estabelecidas fazendas voltadas para a produção agropecuária, com a finalidade de abastecer essas comunidades. Um exemplo significativo é a Fazenda das Antas, situada às margens do ribeirão homônimo, que, até o início do século XIX, integrou o território do arraial de Meia Ponte.

Essas fazendas seriam, em geral, pequenas, seguindo um padrão de meia légua em quadra. Compreende-se que após o esgotamento das minas, a terra passou a ter um valor por si própria, a partir do momento em que os mineiros deixaram a busca do ouro a fim de ocuparem o solo com plantações e criações de gado.

A ocupação do território do Arraial das Antas, apesar de ser descrita na historiografia local como sendo uma resposta às rotas de comércio realizadas pelos tropeiros durante o século XIX, possui um recorte temporal anterior pouco estudado.

Autores memorialistas e pesquisadores da história de Anápolis, tais como Filho (1938), Oliveira (1957), Borges (1975) e Ferreira (1979) comentam sobre a escassez de fontes históricas sobre a região durante o século XVIII, apontando as descrições dos viajantes europeus como registros históricos da existência da ocupação do território. No entanto, estes textos não analisam de forma crítica a relação da localidade com os outros arraiais de mineração.

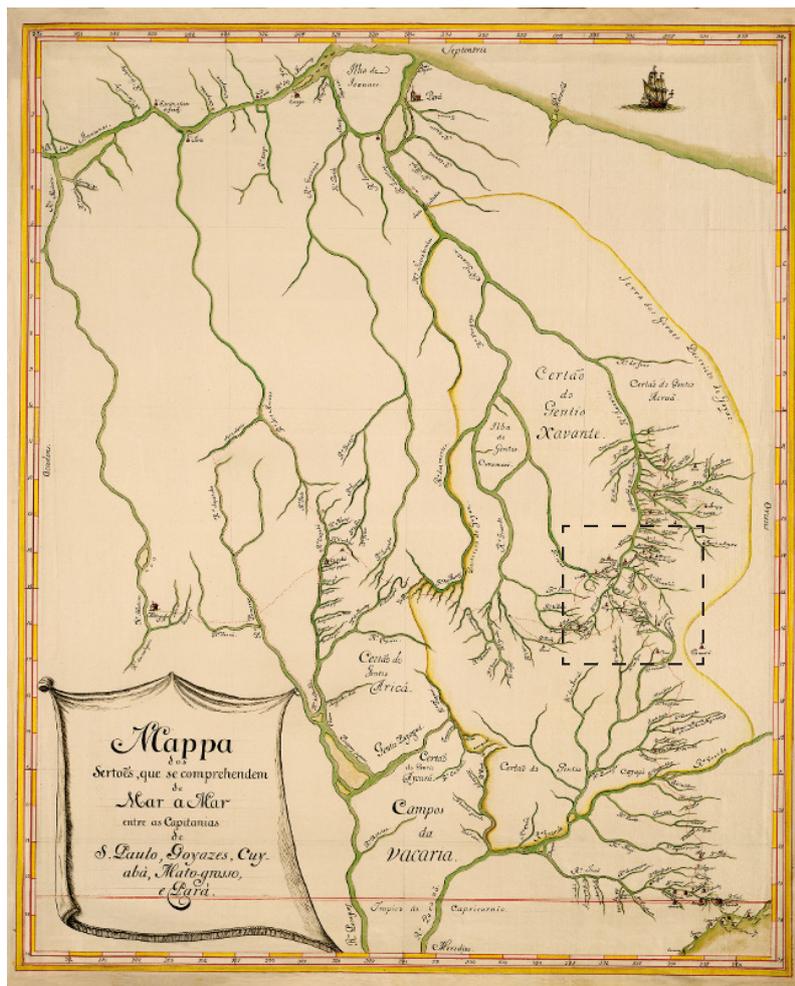


Figura 1  
 Mapa dos Sertões que compreendem Mar a Mar, 1750. Fonte: GO-YAZ - Guia de Cartografia História, 2018, p.97, com destaque para a região do Arraial de Meia Ponte e dos Rios Afluentes do Rio Corumbá, dentre eles, o Rio das Antas.

As primeiras referências históricas à localidade de 'Antas' datam do início do século XVIII. O Ribeirão ou Rio das Antas<sup>4</sup> Foi o primeiro registro a ser observado na cartografia setecentista da Província de Goiaz. Ele está demarcado no Mapa dos Sertões de 1750, como um afluente do Rio Corumbá, No mesmo mapa podem ser observados os Arraiais de Meia Ponte, Santa Luzia e Sancta Cruz, que se localizavam no Caminho dos Goiazes<sup>5</sup> (figura 01)

Barbo (2015) realizou a catalogação dos arraiais e vilas demarcadas nos mapas da Capitania de Goiaz desde 1754. Neste importante estudo, a autora, aponta que a primeira referência cartográfica às "Antas"<sup>6</sup> encontra-se na Carta Corográfica Plana da Província de Goiaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque, de 1836, de Raimundo José da Cunha Matos.

4 O nome 'Antas' teria sido dado pelos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos bandeirantes e se referia a grande quantidade de animais que viviam na região; época de passagem dos viajantes, já se encontrava em menor número.

5 O Caminho dos Goiazes foi o caminho percorrido pelos bandeirantes paulistas (os dois Anhangueras) durante o início do século XVIII em busca do ouro, a partir de trilhas indígenas. Saía da cidade de São Paulo em direção à Capitania de Goiaz.

6 Houve na Capitania de Goiaz um "Arrayal da Anta", localizado próximo do Arrayal de Vila Boa, cujas referências datam de 1727. Johan Pohl durante a sua viagem à Província de Goiaz em 1819 descreve que o arraial, "consiste numas duzentas casas, todas em péssimo estado. Em toda parte vê-se a necessidade e miséria, e a povoação apresenta uma completa decadência". (POHL, 1976, p. 175)

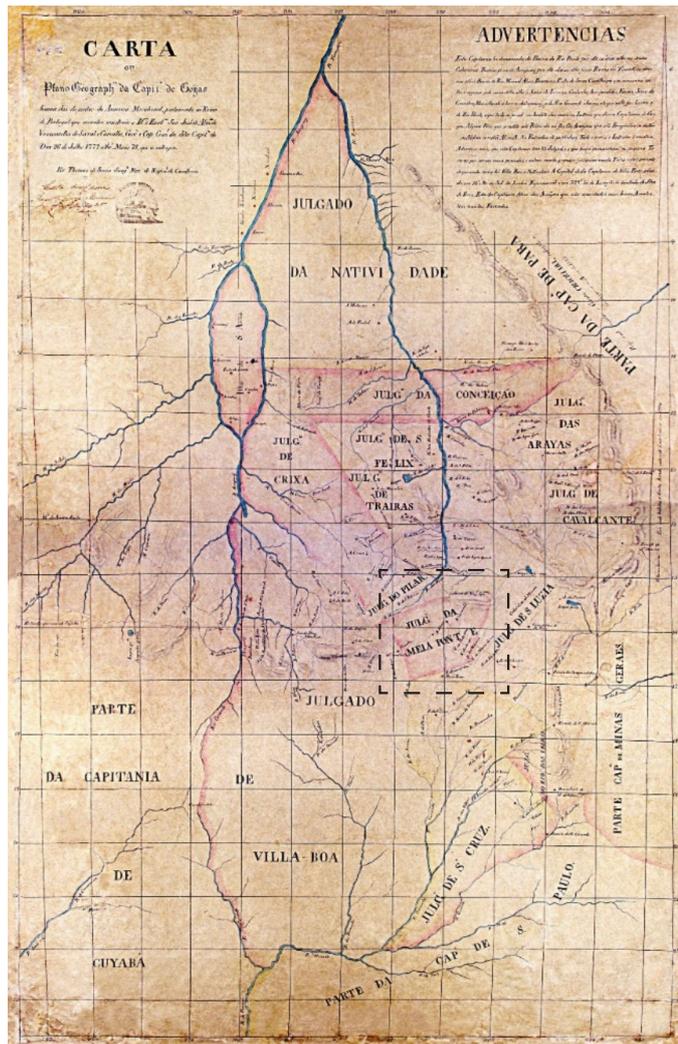


Figura 2  
Plano Cartográfico da Capitania de Goyazes. Fonte: GOYAZ - Guia de Cartografia História, 2018, p.96, com destaque para o Julgado de Meia Ponte.

Durante esta pesquisa foi encontrada uma referência sobre a localidade de Antas datada de 1754 em um requerimento de Bento Pereira Gomes, para a Coroa Portuguesa, onde há a confirmação de uma Sesmaria<sup>7</sup> de 3 léguas de terras localizada no lugar chamado das Antas (Gomes, 1754). A região do Ribeirão das Antas inicialmente fazia parte do Julgado de Meia Ponte, representada no Plano Cartográfico da Capitania de Goyazes de 1788 (figura 02) na região Sudoeste da Capitania. (Matos, 1836)

Silva *et al*; (2019, p.11) afirmam que “uma das principais características do regime de sesmarias [era a]: incerteza quanto à dimensão territorial. Ao longo de todo período colonial, percebe-se a intenção, por parte

<sup>7</sup> As Sesmarias foram o primeiro instituto jurídico adotado pela coroa de Portugal para viabilizar a colonização de territórios, como o do Brasil; o sistema perdurou na colônia entre 1534, até 1822, encerrando-se apenas com a independência.

da metrópole portuguesa, de impor a limitação como um dever jurídico aos sesmeiros”.

Em meados do século XVIII, ainda dentro do regime de Sesmarias, as comunidades do sertão da Província de Goiaz, após o declínio da exploração do ouro, mantiveram-se através de arrendamentos de terra e de extensas fazendas, cuja produção esteve voltada principalmente à subsistência, em conjunto com os engenhos de cana de açúcar. Esta era a realidade da Fazenda das Antas que, durante o século XVIII e o século XIX, fez parte do território do Arraial de Meia Ponte. Nos relatos dos viajantes Saint-Hilaire (1816), Cunha Matos (1823), e Castelnau (1846) que percorreram o caminho de Goyazes, a Fazenda é descrita como um dos pontos de pouso para os tropeiros e sua localidade pode ser comparada com a descrição feita na Carta de Sesmarias de 1754, reafirmando assim a ocupação existente no local, ainda no século XVIII.

Após o fim do regime de Sesmarias em 1822, o Regime de Posse vigorou até o ano de 1850, cuja proposta, apesar de buscar uma ruptura do antigo regime, acabou por manter a mesma estrutura de concentração de terras. No entorno dos arraiais de mineração, os povoados se constituíam de zonas de ocupação bastante rarefeitas e, apesar dos mapas cartográficos do século XVII apresentarem muitas localidades, essas eram geralmente pouco povoadas, somando poucas casas.

Segundo Ferreira (1979), no entorno da Fazenda da Antas havia habitações esparsas com moradores por volta do ano de 1840, indicando o início de um povoado. O Arraial das Antas, segundo a historiografia anapolina (Ferreira, 1979 e Borges 1981), teria sido fundado apenas em 1870, através de um termo de doação de Terras para Nossa Senhora de Santana e a promessa de construção de uma capela. O terreno destinado ao Arraial também se localizava nas proximidades da Fazenda das Antas.

Através dos registros históricos observa-se que a ocupação do território de Anápolis iniciou-se pelo menos um século antes do anotado pelos principais autores da historiografia Anapolina, e apesar das descrições feitas pelos viajantes sobre os locais de pouso serem mais detalhadas, em suas narrativas é possível perceber que haviam habitações nos caminhos percorridos entre as fazendas, que tiveram pouco destaque em suas anotações, mas que realizavam um papel fundamental na rede de apoio e subsistência dessas localidades.

## Os viajantes e suas narrativas

<sup>8</sup> Augustin François César Provençal de Saint-Hilaire (1779-1853), natural de Orléans, França, residiu na Alemanha na adolescência, onde, influenciado pela teoria de Goethe, interessou-se pela História Natural. Retornando à França no início da década de 1810, colaborou com naturalistas como Antoine Jussieu e Félix Dunal. Em 1816, financiado pelo governo francês, viajou ao Brasil, onde permaneceu por seis anos, coletando cerca de 30 mil amostras da flora e registrando paisagens em cadernos de campo, posteriormente publicados. Nomeado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, manteve vínculos científicos com o país, contribuindo significativamente com o conhecimento científico, não somente da botânica, mas da cultura e da ocupação do território durante o Brasil Imperial. (BND, 2025)

<sup>9</sup> Quando passou pela região de Goiás, essa ainda pertencia à capitania de São Paulo; a nomenclatura de Províncias foi adotada apenas em 1822 após a Independência do Brasil, no entanto, como a sua obra foi publicada em 1848 o próprio autor passou a designá-la como Província.

A passagem do naturalista francês Saint-Hilaire<sup>8</sup> pela Província de Goiás, ocorreu em 1819. Sua viagem, que deveria durar seis meses, estendeu-se por seis anos (1816 a 1822). As produções vegetais foram o principal motivo de sua viagem; no prefácio da sua primeira narrativa de viagem, confessa que a determinação em buscar os lugares mais desertos, nas suas palavras, levou-o à decisão de viajar até o inóspito Sertão de Goiás<sup>9</sup>. (Martins, 2017)

Descreveu os povoados da região buscando trazer informações que pudessem localizá-los de forma geográfica, dando ao leitor a sensação cartográfica de quem mapeia o local por onde caminha. Ele compara, naturalmente, a Província de Goiás com a de Minas Gerais, e admite que a sua comparação não seria favorável, visto que segundo ele a região goiana seria infortunada por estar entregue a administradores impreviáveis. (Saint-Hilaire, 1937)

Saint-Hilaire ainda dizia que esses núcleos populacionais não eram espaços onde se encontrava a civilização, embora acreditasse que, com os esforços adequados do povo, pudesse alcançá-la. Seus habitantes de costumes estranhos não se preocupavam com a instrução, a moral e a religião. Afastados dos convívios sociais, levando uma vida de ociosidade e com liberdade desajustada se diferenciavam daquelas populações que habitavam nas cidades do litoral, particularmente do Rio de Janeiro, onde se encontrava a modernização. (Boaventura et al., 2018, p.175)

Saint Hilaire esteve em Goiás entre maio e setembro de 1819, período de seca intensa. No roteiro de sua viagem descreveu que deixando Minas Gerais, teria destino a Vila Boa, passando por Meia Ponte, seguindo assim a rota conhecida como Caminho dos Currais. Ao retornar de Meia Ponte seguindo em direção ao Sul, atravessaria assim o trecho mais movimentado da Província, rumo a São Paulo.

Barbo (2015) assinala que “no início do século XIX, praticamente todo o circuito de tropas que seguiam ou vinham por terra de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, com destino a Goiás ou ao Mato Grosso, passava primeiro por Meia Ponte, antes de seguir para Vila Boa”. O cenário dos arraiais de Vila Boa e Meia Ponte, para o viajante francês teriam se assemelhado a precárias cidades não urbanizadas, constituindo falta de vida civilizada, em comparação às cidades europeias e também a outras grandes cidades brasileiras.

Os homens de hoje não se parecem com os de antigamente, me dizia esse ancião, e, quanto aquela província, tinha toda a razão. Os atuais habitantes da capitania de Goiás, emudecidos pelo calor e ociosidade, não se mostram, em absoluto, os descendentes desses intrépidos paulistas que atravessavam desertos ainda desconhecidos, expunham-se a todas as fadigas e privações, desafiavam todos os perigos e pareciam, pela coragem, estar acima dos outros homens. (Saint-Hilaire, 1937, p. 205).

A decadência da província de Goiás, segundo Saint-Hilaire, seria manifesta tanto no aspecto moral dos habitantes, como na sua cultura material. Para o naturalista, a “precariedade” das casas, inclusive as dos proprietários mais abastados, seria resultado simplesmente da pobreza do lugar”. (Martins, 2017, p. 201)

A descrição que Saint-Hilaire (1975:26) fez de Santa Luzia em suas anotações de viagem, em 1819, poderia ser utilizada para revelar a maior parte dos povoados em Goiás à época: distantes dos grandes centros administrativos e comerciais, foi antes de tudo o ouro que atraiu e fixou os homens, mas o esgotamento das reservas auríferas ou quando sua extração se tornou mais complexa, fez com que parcela significativa dos moradores abandonasse o lugar e suas casas se transformassem em ruínas. (Barbo, 2015, p.15)

Martins (2017) afirma que a recusa em reconhecer que em meio ao sertão existiriam casebres, ranchos, fazendas ou pousos e a insistência na narrativa de Saint Hilaire de uma paisagem “vazia” seriam provenientes do fato de que as ocupações por ele visitadas, não haviam sido concebidas de acordo com as formas de produção e organização europeias.

Essa imagem do Goiás-sertão, deixada pelos viajantes, marcou demais os olhares europeus. Esse campo típico do cerrado, esse deserto de homens e perspectivas criaram uma forma de representação espacial tão rígida que os estudiosos que se debruçaram sobre a história de Goiás quase não saíram do enorme labirinto de ideias que envolvia o sertão goiano do período pós-mineratório (Chaul, 2001, p. 61)

Saindo de Meia Ponte, a tropa de Saint Hilaire passou pela Fazenda das Antas, que distava cerca de 65 km ao Sul. As margens do ribeirão das Antas eram uma região propícia à agricultura e tornaram-se um pouso movimentado para as tropas, por se encontrarem na rota terrestre conhecida como o Caminho dos Goyazes.

“A 3 léguas de Forquilha, apeei-le na Fazenda das Antas, situada acima do rio do mesmo nome, ainda um dos afluentes do Rio Corumbá. Essa fazenda era um engenho de assucar que me pareceu em péssimo estado, mas da qual dependia um rancho muito limpo e bastante grande, no qual nos alojamos.” (Saint-Hilaire, 1937, p. 191).

Em sua passagem, o naturalista descreveu que a fazenda se localizava acima do rio de mesmo nome e que ali se encontrava um engenho de cana de açúcar, lhe parecendo em péssimo estado. Apesar desse fato, teceu elogios ao rancho onde ficam hospedados, considerando-o muito limpo e bastante grande. Sua descrição é considerada pelos autores memorialistas como o primeiro registro histórico descritivo sobre a localidade. Do seu texto depreende-se que ali havia uma população residente nos arredores do córrego e que apesar da proximidade com os arraiais formados pela exploração do ouro, ali se aglomeravam em torno da agricultura.

O que se pode inferir desse e de outros comentários dos viajantes é que a ideia de decadência estava sempre presente na fala dos próprios moradores, num eterno saudosismo de uma época de opulência, que na verdade não representou uma riqueza generalizada que tenha beneficiado a todos. Ao contrário, foi uma riqueza fugaz e que, com a proibição da Coroa de que os colonos se dedicassem a outras atividades que não a mineradora, contribuiu ainda mais para a não formação de uma economia sólida baseada, por exemplo, na atividade agropecuária. (Oliveira, 2018, p.318)

<sup>10</sup> Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) era natural de Faro, Portugal. Sua base intelectual foi desenvolvida quando estudou na Academia de Ciências de Lisboa, estando posteriormente à serviço da Coroa em visitas às colônias portuguesas. Estabeleceu-se no Brasil em 1816, na Capitania de Pernambuco e após a independência, serviu ao Estado Imperial Brasileiro. Em 1823 assumiu o cargo de Governador das Armas da província de Goiás, tendo posteriormente dois mandatos como deputado federal, por Goiás (Queiroz, 2009)

Na década seguinte o militar Cunha Matos<sup>10</sup> (1776-1839) que foi governador de armas e deputado na província, registrou em seu diário a passagem por várias localidades, entre elas a de Antas, por volta de 1823. Seu diário de viagem, quando publicado em 1936 gerou a obra: *Corografia Histórica da província de Goiaz*, cujos relatos apresentavam-se minuciosos, anotando os ranchos, fazendas e rios por onde passava, realizando posteriormente a elaboração de uma *Carta Corográfica Plana da Província de Goiaz* (figura 03).

A obra foi composta a partir das impressões coletadas em duas sucessivas viagens da Corte para Goiás, fruto da conciliação de sua missão militar com seu objetivo de escrever um roteiro útil para os que viessem a se aventurar através dos caminhos pelos quais percorreu, e com sua velada intenção de beneficiar o novo governo com a apuro das descrições geográficas, da economia e do comércio das regiões que percorreu. (Queiroz, 2009, p.75)

Em 1824 após passar pelo Arraial de Meia Ponte, Cunha Matos descreveu a passagem pela Fazenda das Antas, dando destaque ao seu curso de água. "O rio das Antas nasce na serra, ao Sul do arraial de Meia Ponte e banha a fazenda de seu nome; tem ponte, e mete-se no Rio Corumbá com o curso de mais de oito léguas, consta de muito braços. (Matos, 1979)

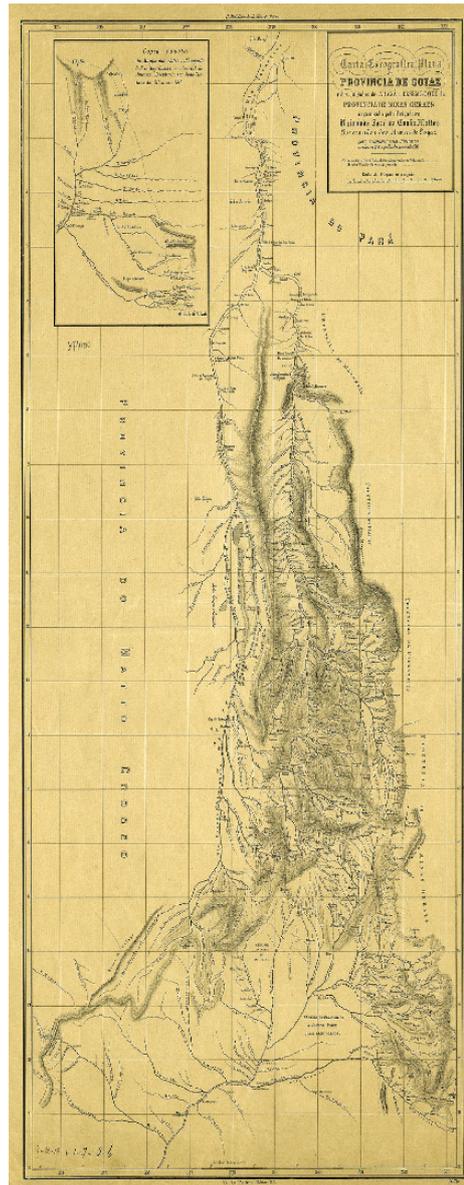


Figura 3  
Carta corográfica plana da Província de Goiás e dos julgados, 1838. Fonte: Raimundo Cunha Matos, 1838 – GOYAZ (2018), Arquivo público do Distrito Federal, 2025.

Descreve que o nome do local estava relacionado à grande quantidade de antas que ali viviam. Em suas descrições, comenta sobre o encontro dos córregos Góis, Antas, João Cesário e João de Ahy; os referidos cursos d'água ainda existem, na região localizada ao longo da Avenida Brasil, e estendem-se a partir dos limites da antiga fazenda, indo além da atual região central da cidade. (Vargas, 2015, p.30)

Visto que a localidade não possuía muitas edificações percebe-se que nas descrições de Saint Hilaire e de Cunha Matos o curso d'água era importante para a identificação do local. Apesar das descrições comentarem sobre o atraso, a qualidade da água recebia elogios, principalmente quando comparada às fontes de água encontradas nos arraiais de mineração, cujas condições insalubres eram atribuídas, em parte, à má qualidade da água.

<sup>11</sup> Francis Louis Nomparr de Caumont LaPorte, conhecido conde de Castelnau (1810-1880), natural de Londres, foi um naturalista e explorador francês. Em 1837, liderou uma expedição pela América do Sul, atravessando Brasil, Argentina, Bolívia e Peru, documentando a fauna, flora e geografia da região. Posteriormente, serviu como cônsul da França no Canadá, onde também realizou estudos científicos. Publicou diversas obras sobre suas expedições e descobertas, dentre elas: Expedição às regiões centrais da América do Sul, na qual narra suas passagens pela Província de Goyaz, em 1844. (BND, 2025)

Antas também foi visitada pelo Conde de Castelnau<sup>11</sup>, que também atravessou a rota de Bonfim até Vila Boa, descrevendo a localidade. Em março de 1844 teria ficado hospedado por três dias na Fazenda das Antas e em seu relato afirmava que a terra era favorável para o cultivo de hortaliças e que a água era encontrada em abundância.

Sobre o Ribeirão das Antas, o autor diz que “lança-se este ribeirão no Rio Corumbá, recebendo antes os dois primeiros córregos que adiante se encontram” (Castelnau, 1975). Sua descrição do encontro dos rios é semelhante à de Cunha Matos, demonstrando se tratar da mesma localidade.

Devido a sua importância geográfica, o ribeirão das Antas chegou a ser utilizado em 1844 como um dos marcos para a divisa das cidades de Meia Ponte e Bonfim, na Lei Provincial nº 04. Mas a mudança desagradou os moradores da região do Antas, que durante dois anos solicitaram ao Conselho Municipal de Meia Ponte o restabelecimento do antigo limite. A justificativa era a de que havia maior relação dos moradores da localidade com a cidade de Meia Ponte, com a de Bonfim.

Ao longo do século XIX, processo inverso ocorreria, comprovando que as relações comerciais e políticas dos moradores da Antas se alterariam, visto que a partir do momento em que a localidade se expandia e aumentava sua população, surgia uma elite política local que pleiteou posteriormente a separação do território e a consequente emancipação do arraial.

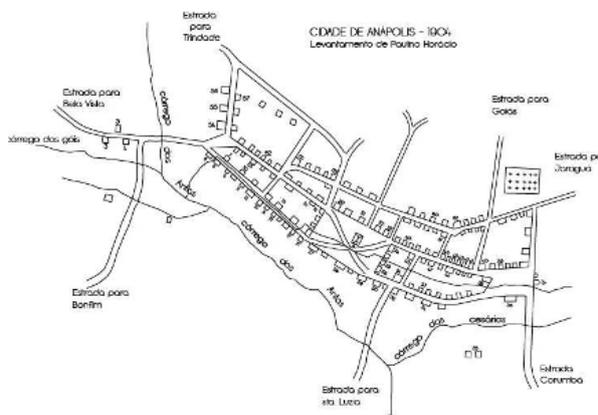
Visitando o arraial em maio de 1873, o vigário José Joaquim do Nascimento atestou a quantidade de moradores e descreveu a situação da capela. “Sendo o bairro das Antas<sup>12</sup> bastante populoso, seus habitantes entenderam que deviam erigir ali uma capela, visto a distância em que estão da Matriz desta cidade e de fato, levantaram uma capela em um ponto muito pequeno e mais tarde, levantaram o corpo, servindo aquela de Capela-Mor.” (Nascimento, 1873)

O autor se refere ao Largo de Santana (figura 05), cuja localização se daria no centro da povoação; no seu entorno foram construídas as edificações necessárias para o funcionamento da Vila<sup>13</sup>, como a escola, a coletoria, e a casa de detenção. No início do século XX a conformação urbana<sup>14</sup> da Vila se manteria semelhante ao Arraial, como é possível observar nos levantamentos cadastrais registrados da Vila, realizados em 1902 e 1904 (figura 04 e 06).

<sup>12</sup> Essa nomenclatura era utilizada para descrever a jurisdição de que se tratava, visto que o Arraial, nessa época ainda fazia parte do território de Meia Ponte, sendo considerado um bairro.

<sup>13</sup> O Arraial de Santana foi elevado à condição de Freguesia em 1873 e posteriormente à condição de Vila em 1887.

<sup>14</sup> Ainda nos dias atuais a forma urbana desse núcleo histórico reflete os primeiros arruamentos, com as quadras formadas por grandes lotes alongados e pelas vielas.



Figuras 04 a 06: Mapa da Vila de Santana em 1902, autor desconhecido, Gravura de Antônio da Costa Nascimento (Tonico do padre<sup>15</sup>) – 1888 e Levantamento Cadastral da Vila de Santana, de autoria de Paulino Horácio – 1904. Fonte: Museu Histórico de Anápolis, Acervo Iconográfico, 2024 e Borges (1981)

E em 1887, o historiador Oscar Leal<sup>16</sup> quando visitou a Vila de Santana, descreveu a sua forma urbana, registrando que o clima do local seria saudável e teria águas magníficas. Relata ainda:

Antas!... Sepultada no meio do deserto, longe das grandes estradas que ligam a capital goiana às principais praças do sul do Estado a vila ou povoação das Antas, surge à vista do forasteiro, depois que se desce a chapada, em extenso vale [...]. Consta de duas ruas paralelas que atravessam o largo da matriz, a qual fica situada bem no centro da povoação.... Sua população, segundo os meus cálculos na falta de estatística, orça por uns 800 habitantes... Tem umas seis lojas de fazendas mal sortidas e algumas tabernas que vendem fumo, cachaça e mantimentos. (Leal, 1980)

As descrições dos viajantes sobre a Fazenda das Antas foram claras em relação à agricultura e a sua relação com a água, porém, as pastagens não possuíam pre-

<sup>15</sup> Antônio da Costa Nascimento (1837/1903) foi um músico, e pintor de Meia Ponte, tendo sido apelidado de Tonico do Padre, por ter sido criado pelo seu irmão, que era pároco.

<sup>16</sup> Oscar Leal (1862/1910) era natural do Rio de Janeiro, mas, de família portuguesa – seu pai era o comendador Jacinto Leal de Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira. Realizou seus estudos em Funchal, Portugal. Apesar de sua formação como odontólogo, empreendeu diversas viagens pelo mundo, tornando-se um correspondente luso-brasileiro, ao manter contato com Instituições acadêmico-culturais como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

ro. Ao lançar um olhar civilizatório sobre o Brasil, Leal repetiu e reforçou visões que vinham se construindo ao longo do período Oitocentista em meio às narrativas de viagem, principalmente no que se refere às adjetivações vinculadas ao povo brasileiro, tais como a desmotivação e a incapacidade para o trabalho, fatores que segundo ele atrapalhavam o desenvolvimento e o progresso do país em direção à civilização. (Alves, 2021)

<sup>17</sup> Os relatos dos viajantes, tais como o de Pohl, trazem destaque ao fato de que os arraiais de mineração tinham muitas fontes de águas consideradas insalubres, dada a quantidade de pessoas com doenças, tais como o bócio ou o papo, ocorrido pela falta de iodo na alimentação.

sença marcante nos textos. Não comentavam sobre a decadência que teria acometido os arraiais de origem na exploração das minas desde o final do século XVII; no entanto, deixam claro a simplicidade dos locais de pouso.

Em contraponto com os relatos de Saint Hilaire e de Castelnau, cujos objetivos de viagem foram a coleta de plantas e registro de espécies, o diário de Cunha Matos perfaz através uma representação geográfica o seu percurso de viagem, contribuindo com o entendimento da realidade local durante o século XVIII. O fato de registrarem a localidade, assim como o fizeram em outros arraiais, demonstra que havia determinada importância daquela comunidade para a região, sendo comum a todos o destaque dado ao nome do local e sobre a qualidade da água ali encontrada.<sup>17</sup>

Boaventura (2007) afirma que os arraiais de mineração surgidos na capitania de Goiás fariam parte de uma 'política' de ocupação do espaço da coroa portuguesa, seguindo às práticas de expansão ultramarina, sendo possível assim, relacionar a forma de ocupação do espaço dos arraiais que não surgiram através da mineração sob os mesmos preceitos.

As descrições dos viajantes, portanto, corroboram com a ideia de que a ocupação da localidade pode ter iniciado antes do século XVIII, estando ligada mais à ocupação do solo pela agricultura, dada as condições naturais ali existentes do que à mineração. O fato de se encontrar na rota de passagem de tropeiros foi significativo para que após o esgotamento das minas a localidade continuasse a ter atratividade nas décadas seguintes.

## Considerações finais

A análise das narrativas de viajantes europeus sobre o Arraial das Antas e a Província de Goiás no século XIX revela a persistente associação da região com a ideia de decadência e atraso, reforçada tanto pelos relatos de administradores locais quanto pelas impressões dos naturalistas. Essas descrições, amplamente difundidas, moldaram a imagem do sertão goiano como um espaço inóspito e estagnado, principalmente após o declínio da mineração aurífera.

Entretanto, ao reconsiderar-se as evidências históricas torna-se possível observar essa realidade a partir de uma perspectiva que desafia essa visão estigmatizada. Apesar das dificuldades econômicas decorrentes

do esgotamento do ouro, a sociedade goiana do século XIX possuía vitalidade, com atividades agrícolas em expansão e uma comunidade em transformação. Esse contexto sugere então a necessidade de uma revisão crítica da narrativa tradicional da decadência, reconhecendo assim a complexidade e a resiliência da sociedade goiana durante o período pós-mineração.

A pesquisa revelou indícios sobre a formação do Arraial das Antas, cujo desenvolvimento urbano, apesar de não estar relacionado à mineração, seguiu as mesmas diretrizes de ocupação do solo de outros arraiais. Para melhor compreender as relações políticas e sociais envolvidas na ocupação do território, torna-se necessário um aprofundamento nas pesquisas, em busca de fontes e informações que elucidem os agentes responsáveis pela ocupação do território ao longo dos séculos.

## Referências

ALVES, Francisco da Neves. Oscar Leal. Disponível em: <<https://ppglettras.furg.br/o/oscar-lea> |#:~:text=scar%20Leal%20nasceu%20em%20julho,estudos%20na%20cidade%20do%20>. Funchal. Acesso em 10 fev de 2025.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. A toponímia indígena, o etnocentrismo e a exoticalização de Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau. *Cadernos do CNLF* Vol. XII, Nº 09. 2008, P.57-67.

BARBO, Lenora de Castro. *Cartografia histórica : território, caminhos e povoados em Goiás: 1722- 1889*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2015. 357 fls.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

BDN. Biblioteca Nacional Digital. *Exposição Saint Hilaire e as paisagens brasileiras. Biografia*. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/saint-hilaire-e-as-paisagens-brasileiras/30506-2/>> acesso em 10 fev de 2025.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2007. 280 p.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues, BOAVENTURA, Caroline Rodrigues. Razão e sensibilidade no olhar de Saint-Hilaire sobre as cidades da província de Goiás. *Revista Mirante, Anápolis (GO)*, v. 11, n. 8, dez. 2018.

BORGES, Humberto Crispim. *História de Anápolis*. Goiânia: Editora Cerne. 1975, 300p.

CASTELNAU, Francis de. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério Pinto. São Paulo. Companhia Editora Nacional. v.1, 1949. 383 p.

CHAUL, Fayad Nars. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia : Ed. Da UFG. 2 ed. 2001. 253 p.

FERREIRA, Haydée Jayme. *Anápolis, sua vida, seu povo*. Brasília. 1979. 437 p.

FILHO, Francisco Lopes. Azeredo. *Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis*. São João da Boa Vista: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1937.

GOMES, Bento Pereira. *Requerimento de Bento Pereira Gomes, ao rei [D. José], solicitando confirmação da carta de sesmaria no lugar chamado das Antas, no rio Capivari e ribeirão das Antas, Capitania de Goiás*. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 10\Doc. 633. Goiás, 09 mar. 1754. Disponível em: <<https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa/catalogo-de-verbetes-dos-documentos-manuscritos-avulsos-da-capitania-de-goias-existent-no-arquivo-historico-ultramarino/avulsos-goias-1731-1755>> Acesso em: 05 set. 2024.

GOYAZ - *Guia de Cartografia Histórica* / Elias Manoel da Silva; Wilson Vieira Júnior, organizadores. - Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas (Brazil Central)*. Lisboa: Typhografia Minerva Central. 1892.

MARTINS, Fátima de Macedo. *Saint-Hilaire em Goiás: Ciência, Viagem e Missão Civilizatória*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2017. 136 fls.

MATOS, Raimundo José da Cunha, 1776-1839. *Carta corografica da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provinca de Minas Geraes* / organizado pelo brigadeiro, Raimundo Jozé da Cunha Matos. Disponível em <<https://www.arquivo publico.df.gov.br/corografica-provincia-de-goias-araxa/>> Acesso em 06 de set de 2024.

NORONHA, Marcos de. OFÍCIO do governador e capitão-general de Goiás, Conde dos Arcos, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a situação das minas do governo de Goiás, as distâncias de uma às outras; a cobrança do contrato das entradas nos limites do mesmo governo e remetendo um mapa da capitania. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 10\Doc. 603. Goiás, 12 set. 1753. Disponível em: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1268871>> Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, João Luiz de. Subsídios à história de Anápolis. In: *Revista "A CINQUENTENÁRIA"*, Edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis (1907- 1957). Anápolis: S/e, 1957.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia: Editora UFG. 2010 452 p.

OLIVEIRA, Maria Fátima. Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan.-jul., 2018.

PALACÍN, Luis; Garcia, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos I. Colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

POHL, Johan E. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp. 1976.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) "A pena e a espada a serviço da pátria"* Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009, 136 fls.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *O caminho do Anhanguera = El camino del Anhanguera*. São Paulo: Via das Artes, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às Nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol 2, 1937. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goiias-2-vol>, acesso em nov. 2024.

SILVA, Karla Karoline Rodrigues; MAIA, Cláudio Lopes. Latifúndio: uma análise do arcabouço normativo do regime de sesmarias no Brasil. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental* | e-ISSN: 2526-0081 | Goiânia | v. 5 | n. 1 | p. 1 - 17 | Jan/Jun. 2019.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. *As Representações Sociais do Progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO*. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) Programa de Pós Graduação da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, 2015. 136 fls.